

## Desafios e perspectivas para a comercialização de produtos de base agroecológica - O caso do município de Pelotas/RS

Challenges and perspectives for the organic products trading – The Pelotas/RS municipality case

FINATTO, Roberto Antônio 1, CORRÊA, Walquiria Kruger 2

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Florianópolis/SC, Brasil, robertofinatto@gmail.com; <sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Florianópolis/SC, Brasil, kiriakc@hotmail.com

**RESUMO:** A agricultura de base agroecológica vem ganhando maior visibilidade nos últimos anos. Porém, os produtos cultivados neste sistema de produção oriundos da agricultura familiar enfrentam problemas no processo de comercialização. Diante disso, o objetivo deste artigo é caracterizar e analisar a comercialização dos produtos de base agroecológica no município de Pelotas/RS. O método da pesquisa abrangeu a identificação dos principais meios e espaços de comercialização, análise da oferta com pesquisa de preços dos produtos disponíveis e, a realização de entrevistas com os agricultores e agentes envolvidos diretamente no processo. Constatou-se que, os preços dos produtos das feiras convencionais, comparativamente aos da ecológica, não apresentam grandes disparidades, os agricultores têm dificuldade em manter a estabilidade da produção e ela se destina, principalmente, ao mercado varejista, à venda direta ao consumidor e, sobretudo, ao mercado institucional. Conclui-se que, apesar dos desafios a serem superados, a produção de base agroecológica apresenta possibilidades de expansão no município.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comercialização; mercado; produtos de base agroecológica.

**ABSTRACT:** The organic agriculture has been receiving more visibility in the last years. However, the organic products from family farms face problems with trading. Therefore, the aim of this study is to characterize and analyse the organic products trading in Pelotas/RS municipality. The methodology included the main trading types and space identification, supply analysis with price research of available products and interviews with the farmers and agents directly involved in the process. It was found that the prices of products from the conventional market do not present big differences compared to those from the eco market. The farmers have difficulty in keeping a stable production and it is mainly destined to the retail market, direct sales to consumers and especially to the institutional market. It is concluded that, despite the challenges still to be overcome, the organic production has possibilities to expand in the municipality.

**KEY WORDS:** Trading; market; organic products.

## Introdução

A agricultura de base agroecológica<sup>1</sup> caracteriza-se pelo uso de técnicas ecológicas relacionadas à adubação, fertilização, manejo do solo e da produção. Para tanto, leva-se em conta as características específicas de cada agroecossistema onde as atividades se desenvolvem. Entre os princípios da agricultura de base agroecológica, pode-se citar o aproveitamento dos resíduos orgânicos gerados na unidade produtiva, a eliminação do uso de agrotóxicos e, a minimização da dependência externa por meio da substituição de insumos artificiais por processos biológicos naturais. Sobressaem ainda, benefícios como a valorização do “saber fazer” tradicional do agricultor e do seu modo de vida.

Este sistema de produção vem ganhando visibilidade nos últimos anos. Contribuem para isso, o discurso político, acadêmico e publicitário da sustentabilidade, assim como, os benefícios ambientais e para a saúde humana dos alimentos cultivados em sistemas de base agroecológica. Ainda, o incentivo das políticas públicas, das organizações não governamentais, das cooperativas, associações e entidades religiosas é fundamental para promover e fortalecer a expansão da agricultura de base agroecológica no campo brasileiro.

No Brasil, de acordo com dados do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (2006)<sup>2</sup>, a produção orgânica<sup>3</sup> ocupa 800.000 hectares e envolve cerca de 15.000 produtores. A Região Sul do país possui o maior número de produtores, contando com 10.200 agricultores numa área de 120.000 ha. A região Centro-Oeste detém a maior área com 520.000 ha, sendo trabalhada por apenas 750 produtores.

O sistema de produção orgânico no Brasil absorve basicamente dois tipos de produtores. De um lado, os agricultores familiares, representando 90% do total, sendo estes responsáveis por cerca

de 70% da produção nacional, de outro, os agricultores empresariais que totalizam 10% dos produtores orgânicos (CAMARGO FILHO et al., 2004). Entre as principais vantagens da adoção do sistema orgânico por agricultores familiares, pode-se destacar: a menor escala de produção, a diversificação produtiva, o envolvimento direto da família na gestão da unidade e na produção dos alimentos, menor dependência de insumos externos, possibilidade na eliminação no uso de agrotóxicos e os menores custos com a produção (HESPANHOL, 2008).

Diante disso, o objetivo deste artigo é caracterizar e analisar a comercialização dos produtos de base agroecológica no município de Pelotas/RS. O interesse maior é dar ênfase às questões empíricas, evidenciando os principais meios, estratégias e dificuldades para a comercialização dos produtos.

O interesse em analisar a problemática da comercialização em Pelotas deve-se ao fato de que, o município está inserido nas redes de articulação e fomento à agroecologia por meio de organizações específicas, como cooperativas e associações de agricultores familiares. O município é sede destas organizações atuantes na região sul do Rio Grande do Sul, centralizando encontros e reuniões voltadas à agroecologia, com o intuito de articular os agentes localizados nos demais municípios da região. Além disso, Pelotas conta com 339.934 hab. (IBGE, 2009), representando o principal mercado consumidor para os produtos de base agroecológica no contexto regional.

### Método da Pesquisa

A pesquisa teve caráter qualitativo e foi executada com a realização das seguintes etapas: revisão teórica sobre o mercado e a comercialização de produtos orgânicos, pesquisa de campo com o intuito de evidenciar a realidade empírica e, finalmente, a sistematização,

descrição e análise do material coletado.

A pesquisa de campo foi realizada no mês de maio de 2009. Neste período, foram realizadas 15 entrevistas - baseadas em roteiros semi-estruturados - com informantes qualificados<sup>4</sup> e com alguns agricultores de base agroecológica<sup>5</sup>. Considerou-se como “informantes qualificados” os representantes das entidades de fomento à agroecologia no município, os agrônomos e técnicos agrícolas que desenvolvem trabalhos de extensão com os agricultores e, os agricultores pioneiros nas atividades agroecológicas no município. Foram entrevistados cinco informantes qualificados que permitiram traçar considerações amplas sobre a realidade da produção e da comercialização em Pelotas.

Ainda, foram realizadas visitas nas unidades de produção de base agroecológica e, principalmente, nos locais de comercialização dos produtos, como as feiras-livres, pontos de comercialização em cooperativas e nos supermercados de Pelotas, para análise da oferta e dos preços dos produtos disponíveis.

Visando caracterizar e analisar a comercialização da produção proveniente da agricultura familiar no município de Pelotas, foram identificados os principais meios de comercialização dos produtos no município, o nível de satisfação dos agricultores ao comercializarem seus produtos e as possibilidades de expandir a produção.

A inexistência de dados quantitativos, tanto da quantidade de produtos comercializados nos canais de comercialização, como dos preços cobrados pelos mesmos, limitaram a realização de uma análise mais aprofundada sobre a problemática em tela.

#### Mercado e comercialização de produtos de base agroecológica: algumas considerações

O mercado para os produtos orgânicos encontra-se em crescente expansão em nível mundial. De acordo com Campanhola e Valarini

(2001) existem cinco razões para o aumento da demanda por estes produtos: a preocupação dos consumidores com a saúde e a importância da alimentação saudável; influência do movimento ambientalista organizado, por meio de ONGs que, criam espaços e incentivam a produção e o consumo; a “influência de seitas religiosas, como a Igreja Messiânica, que defendem o equilíbrio espiritual do homem por meio da ingestão de alimentos saudáveis e produzidos em harmonia com a natureza” (CAMPANHOLA E VALARINI, 2001, p.72 e 73); a importância das ações executadas por grupos organizados contra a moderna agricultura e, finalmente, a “utilização de ferramentas de “marketing” pelas grandes redes de supermercados, por influência dos países desenvolvidos, que teriam induzido demandas por produtos orgânicos em determinados grupos de consumidores” (CAMPANHOLA E VALARINI, 2001, p.73).

A ampliação do mercado é um elemento fundamental para a expansão do sistema da produção de base agroecológica. Pode-se afirmar que, é “justamente o mercado que contribui para reorganizar o sistema produtivo e acena com a perspectiva de maior espaço para os produtos orgânicos” (BRANDENBURG, 2004, p. 273).

Entretanto, apesar do aumento significativo da área cultivada com agricultura de base agroecológica no Brasil, ainda é difícil estabelecer comparações entre o volume comercializado de produtos agrícolas oriundos da agricultura convencional com os de base agroecológica, principalmente, pela superioridade quantitativa da produção convencional. Sobre as disputas de preços entre estes produtos, Darolt (2001) destaca que a concorrência entre os preços dos alimentos orgânicos e convencionais é injusta, pois este último sistema de produção não contabiliza os custos ambientais na formação dos preços, enquanto que o sistema orgânico

interioriza os custos. Além disso, o sistema agrícola é guiado pela agricultura convencional, obrigando a agricultura ecológica a se adaptar ao sistema predominante.

Mesmo diante desta *concorrência injusta* caracterizada pelo autor anteriormente citado, a agricultura de base agroecológica conquistou importantes mercados, seja para exportação ou em mercados locais e regionais. Entre os principais produtos orgânicos brasileiros exportados, pode-se citar o café, o cacau, castanha de caju, o azeite de dendê, óleo de palma e palmito, guaraná, arroz, soja e as frutas cítricas (CAMARGO FILHO W. P. et al. 2004). Quanto à produção para o mercado interno, ela é diversificada e tem como principais destinos “[...] os grandes e pequenos varejistas (lojas de produtos naturais, restaurantes e supermercados), associações ou unidades processadoras e distribuidoras, e venda direta (feiras livres e cestas em domicílio)” (CAMARGO FILHO W. P. et al. 2004, p. 59 e 60).

No intuito de favorecer a comercialização dos produtos orgânicos procedentes da agricultura familiar, as associações e cooperativas desempenham função fundamental. Além de facilitarem a inserção dos agricultores nos mercados locais e regionais, elas prestam assistência técnica e oportunizam a realização de cursos, contribuindo para a permanência dos agricultores naquele sistema e para o aumento na oferta dos produtos.

No caso do município de Pelotas, a criação de uma associação dos agricultores de produtos de base agroecológica, foi fundamental para viabilizar a produção e impulsionar sua expansão no município.

#### O Município de Pelotas: caracterização e gênese da produção de base agroecológica

Pelotas possui uma área territorial de 1.609 Km<sup>2</sup> e a população totalizou 339.934 habitantes no ano de 2007 (IBGE, 2009). A população

residente no meio rural do município corresponde a 4,92% dos habitantes, em contraste com os 95,08% do espaço urbano (ITEPA, 2008). O município possui 3.603 estabelecimentos agropecuários, destacando-se a produção de pêssego nas lavouras permanentes, com 3.000 hectares, e o arroz com 8.100 hectares, como lavoura temporária (IBGE, 2009).

A produção de base agroecológica, no município de Pelotas, teve início em 1984, mas na década de 1970 já se faziam questionamentos sobre a viabilidade do modelo da Revolução Verde. A partir dos anos 80 começaram os incentivos para alterar o sistema de produção em algumas unidades produtivas, sendo esta tarefa assumida pela Pastoral Rural (ligada à Diocese da Igreja Católica) e pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB.

As ações da Pastoral Rural para incentivar a adoção do sistema de produção de base agroecológica, notabilizaram-se pela organização de cursos de formação, visitas a centros de agricultura ecológica e implantação de experiências locais, com trabalhos de referência em unidades familiares do município. Costa (2006) destaca que, no início da década de 1990, estreitaram-se as relações entre a Pastoral Rural e o Centro de Agricultura Ecológica de Ipê<sup>6</sup>, localizado na serra gaúcha. Esta aproximação permitiu a aquisição de conhecimento pelos agricultores e técnicos de Pelotas que, puderam ver *in loco* a experiência da agroecologia na região serrana, onde o sistema já estava consolidado.

Além disso, um importante convênio foi firmado entre a Pastoral Rural de Pelotas e o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, de São Lourenço do Sul. Como resultado das diversas iniciativas, em 1995, constituiu-se a Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul – ARPA-SUL. Nesse contexto, a assistência

## Desafios e perspectivas para a comercialização

técnica na produção orgânica era efetuada pela Pastoral Rural e pelo CAPA. Segundo Costa (2006), embora se tenha optado pela criação de uma associação, ao invés de uma cooperativa, devido às facilidades no gerenciamento, havia a perspectiva de consolidar a iniciativa “em termos de organização, produção e comércio, para a criação de uma cooperativa” (COSTA, 2006, p.50).

Assim, com a consolidação da iniciativa e organização dos agricultores envolvidos, surgiu a necessidade de transformar a associação em cooperativa. De acordo com os entrevistados, a principal vantagem dessa alteração seria a possibilidade de comercializar os produtos para os programas institucionais, já que, a associação, por questões burocráticas, não poderia acessar este mercado. Entretanto, surgiram conflitos e divergências internas entre os agricultores sobre a necessidade desta mudança.

Após várias discussões foram criadas três entidades. Além da Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul - ARPA-SUL, surgiu a Cooperativa de Pequenos Agricultores Agroecologistas da Região Sul Ltda. - ARPASUL e a Cooperativa Sul-Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. Estas organizações centralizam as atividades relacionadas à produção de base agroecológica no município de Pelotas.

Além das organizações citadas, também contribuem para o desenvolvimento da produção alguns grupos de pesquisa e extensão vinculados à Universidade Federal de Pelotas - UFPel (tanto das ciências agrárias quanto das ciências humanas/sociais), e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Clima Temperado, que desenvolve pesquisas relacionadas à produção de base agroecológica e atividades de extensão com os agricultores familiares.

### As formas de comercialização dos produtos de base agroecológica: desafios e perspectivas

A permanência dos agricultores no sistema de

produção com base na agroecologia está relacionada com a viabilidade de comercialização dos produtos. Em grande parte dos casos de desistência ou retorno para o sistema de produção convencional, a principal causa constatada, é a dificuldade na venda dos produtos. Esta percepção é compartilhada por muitos agricultores, técnicos e representantes das organizações do município. De acordo com um informante, *“uma das coisas fundamentais para agricultor é a comercialização, e hoje a gente enxerga que os grupos que estão na cooperativa e que tem acompanhamento técnico, conseguem chegar mais fácil ao mercado”* (Informante A, 2009).

Assim, as cooperativas e a associação desempenham papel fundamental para facilitar o acesso aos mercados. Todos os agricultores entrevistados estão ligados em alguma das cooperativas ou na associação. Na visão dos próprios agricultores, *“se hoje a agricultura familiar não se organizar em forma de grupo, associação, cooperativa é muito difícil conseguir sobreviver [...]”* (Agricultor B, 2009). Ou ainda, *“a grande dificuldade é organizar essa rede de comercialização [...]. Então a gente vê que se tivesse onde o agricultor vender seu produto, se o mercado fosse garantido o produtor plantaria sem medo”* (Informante B, 2009).

As opções de comercialização no município de Pelotas restringem-se a mercados locais específicos. A produção tem como principais destinos o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA do governo federal (07 dos entrevistados destinam sua produção) e as feiras-livres do município (05 agricultores declararam ser a feira o principal meio de comercialização). A entrega em restaurantes e a domicílio é praticada por apenas um agricultor. Essa situação, apesar de viabilizar a reprodução econômica de algumas famílias com base na produção de base agroecológica, demonstra a necessidade de novos e seguros



espaços de comercialização.

O Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal foi criado pela Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003 (regulamentado pelo Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008). Este programa tem a “finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos” (CONAB, 2009). O PAA é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e conta com o apoio de vários ministérios e diversos órgãos institucionais que operam no plano estadual e municipal. De acordo com informações da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB<sup>7</sup>, “o PAA apóia o agricultor familiar com dificuldades de participar do mercado, auxiliando-o numa das etapas mais difíceis do processo produtivo: a comercialização” (CONAB, 2009).

O referido programa representa o principal meio de comercialização dos produtos de base agroecológica, não apenas do município de Pelotas, mas também dos demais municípios do Rio Grande do Sul assistidos pelas entidades que têm sede em Pelotas. Na tabela 01, pode-se observar o valor total (em reais) dos produtos orgânicos vendidos pelas duas cooperativas de Pelotas para o programa PAA.

Entretanto, apesar da importância do PAA, é notável a preocupação dos agricultores e técnicos sobre a instabilidade deste mercado. Como destaca um entrevistado “o PAA [...] é uma política do governo, se troca, sai fora, isso é um medo que a gente tem. Então, é preciso buscar e aprender com outros mercados, tem outras exigências, tem outros preços, é tudo diferente” (Informante A, 2009).

Com a possibilidade de término do contrato com o Programa de Aquisição de Alimentos, muitos agricultores terão dificuldades para comercializar sua produção. A demora ou atraso nas renovações contratuais pode ocasionar a perda da produção ou a venda no mercado convencional. Um entrevistado sintetiza essa situação ao afirmar, “[...] agora terminou o projeto Fome Zero com a CONAB, então o pessoal comercializa como pode, o pessoal produz alface orgânica e vende como convencional e pra quem pagar mais [...]” (Informante B, 2009).

Além do PAA, as feiras-livres (figura 01) representam outra fundamental forma de comercialização da produção. A primeira feira de produtos de base agroecológica de Pelotas e da região sul do estado foi realizada no mês de novembro de 1995. O objetivo da criação da feira foi garantir um mercado específico para os produtos cultivados no sistema de base

**Tabela 01** – Valor total (em reais) dos produtos de base agroecológica comercializados pelas cooperativas de Pelotas para o programa PAA.

Entidades	Ano 2004/05	Ano 2005/06	Ano 2007/08
	Valores(R\$)	Valores(R\$)	Valores(R\$)
Coop. Sul-Ecológica	806.200,00	637.356,52	606.482,00
Coop. ARPASUL	26.754,06	100.409,00	80.000,00
Totais	832.954,06	737.765,52	686.482,00

Fonte: Adaptado de Reichert et al. (2009).

Desafios e perspectivas para a comercialização

agroecológica, diminuir a distância entre os produtores e os consumidores e assegurar retorno financeiro para os agricultores, já que, sem a figura do atravessador a remuneração pelo produto tende a ser maior.

Quanto ao número de feiras-livres realizadas em Pelotas, houve uma expansão considerável. Atualmente, existem quatro pontos de feiras realizadas semanalmente. As feiras são organizadas pelos próprios agricultores, eles são responsáveis pelo transporte dos produtos e montagem das bancas. Sobre a logística do transporte um agricultor esclarece: “[...] de cada município parte um caminhão, ou um outro carro que vai fazendo a coleta nas propriedades até chegar à feira, de cada localidade, de cada grupo vem um carro trazendo a produção” (Agricultor C, 2009).

O preço cobrado pelos produtos comercializados na feira-livre ecológica é praticamente o mesmo daquele encontrado na feira convencional, favorecendo o acesso da

população de menor poder aquisitivo. Merece destaque, a estabilidade dos preços cobrados na feira ecológica, enquanto que, os produtos convencionais sofrem oscilações constantes, motivados principalmente pela concorrência. Assim, “se os feirantes das feiras convencionais atuam sob uma lógica tipicamente concorrencial [...], cada qual com seus equipamentos e utensílios, os feirantes ecológicos trabalham com base em princípios associativos” (SACCO DOS ANJOS et al., 2005, p.145).

A realização da feira-livre favorece o envolvimento dos agricultores com a produção orgânica e o comprometimento de oferecer um produto de qualidade para o consumidor, a fim de atender seus interesses enquanto cliente. Como aponta um entrevistado, “as pessoas que estão na feira têm mais compromisso com a cooperativa, a questão da organização da produção, planejamento” (Informante qualificado A, 2009).

Entretanto, a feira-livre dificulta a participação dos agricultores que se localizam fisicamente



Figura 01: Feiras-livres e principais produtos de base agroecológica comercializados.  
Fonte: pesquisa de campo, 2009.

mais distantes da cidade de Pelotas. O deslocamento a grandes distâncias, além de exigir maiores gastos econômicos, pode estragar alguns produtos, principalmente as hortaliças, exigentes de maiores cuidados no transporte. Essa situação fica evidente quando um agricultor fala sobre as dificuldades para participar da feira, “[...] *como a produção era pouca, às vezes faltava, e tinha a despesa do pessoal que vinha com o frete, não tinha muito retorno. Então tinha que ter outra coisa pra manter a propriedade*” (Agricultor G, 2009). Essa situação acarreta, em alguns casos, o abandono das atividades de base agroecológica e a retomada do sistema agrícola convencional.

Em virtude de algumas dificuldades encontradas nos meios comuns de comercialização dos produtos orgânicos no município, como as feiras-livres e os programas institucionais (demora na renovação dos contratos, grandes deslocamentos até a feira-livre, entre outros) há agricultores que utilizam outras formas. Uma das estratégias é evidenciada no depoimento de um agricultor ao fazer seguinte afirmação: “produto ecológico eu estou entregando como convencional, num restaurante [...] pra não estragar. Todo mundo leva, o produto é bom, tem qualidade, não perco pra ninguém” (Agricultor A, 2009). Essa situação reforça a necessidade de melhor articulação entre os agricultores familiares e o mercado. Mesmo sendo cultivado com técnicas orgânicas, o produto acaba sendo direcionado para o mercado convencional devido às dificuldades existentes na comercialização dos produtos.

Em relação aos supermercados, eles representam um importante espaço de venda de produtos de base agroecológica no município. Diante disso, tenderiam a ser um meio para os agricultores familiares comercializarem seus produtos. Entretanto, o processo de comercialização em supermercados é complexo, pois eles “exigem garantia de entrega de produtos predeterminados, e em quantidades estipuladas,

durante a vigência do contrato” (CAMPANHOLA E VALARINI, 2001, p.83).

Estas exigências acabam dificultando a permanência, ou, excluindo o agricultor familiar daquele espaço. De acordo com um entrevistado, “[...] *a gente já tentou trabalhar com os supermercados, mas como se trabalha direto com o clima, fica suscetível à geada, a chuva, a estiagem e, por isso, então não tem uma constância de produção, não tem uma estabilidade*” (Agricultor C, 2009). Outro agricultor reforça, “[...] *de repente dá um contratempo e a gente não tem aonde buscar pra abastecer. Se dá um contratempo [...] tu fica sem produto, aí só pro mês que vem ou no outro*” (Agricultor G, 2009).

Assim, a falta de estrutura técnica adequada nas propriedades contribui para impedir um ritmo constante de produção. Pode-se citar como exemplo, a inexistência de sistemas de irrigação na maioria das unidades produtivas, ocasionando perdas significativas na produção em períodos de estiagem.

Diante disso, os produtos de base agroecológica cultivados pelos agricultores do município não estão disponíveis em nenhum supermercado da cidade. Os produtos comercializados nestes locais são oriundos de outros municípios ou outras unidades da federação. Os preços cobrados nos supermercados são muito superiores aos encontrados nas feiras-livres. Alguns produtos como o milho verde, possui o preço três vezes maior no supermercado comparativamente à feira-livre.

Entretanto, apesar das dificuldades apresentadas, quando questionados sobre o nível de satisfação com a produção orgânica, a maior parte dos agricultores (11 entrevistados) declarou estar satisfeito e 02 afirmaram estarem muito satisfeitos. Diante disso e do que foi exposto, constata-se o significativo potencial para a ampliação da produção e comercialização dos



## Desafios e perspectivas para a comercialização

produtos de base agroecológica no município. Porém, algumas ações precisam ser executadas objetivando facilitar o acesso aos mercados pelos agricultores. Um agricultor fala,

*“o que falta pra coisa “deslanchar” mais é ter mercado garantido, o preço, a gente já tem. Alguns programas do governo federal que acho que são bons, o PAA, por exemplo, a dificuldade muitas vezes é a questão burocrática, prestação de contas, mais os intervalos de um projeto pro outro, já que os projetos tem validade de um ano”* (Agricultor B, 2009).

Entre as dificuldades a serem superadas, pode citar a dificuldade de acesso aos financiamentos diante do despreparo das agências de crédito em atender os financiamentos requeridos pelos agricultores (como o PRONAF Agroecologia, por exemplo). Ainda, as exigências burocráticas que dificultam e atrasam a execução dos programas institucionais, prejudicam a fluidez das vendas e, muitas vezes, inviabilizam a aquisição de financiamentos.

Não menos importante é o comprometimento dos agricultores com as cooperativas e a associação. Isso certamente favorecerá a manutenção no ritmo da produção ajustado às demandas do mercado consumidor, sempre considerando as limitações da unidade produtiva, condições do solo, tamanho de área produtiva, mão-de-obra disponível e insumos alternativos disponíveis.

### Considerações finais

O objetivo deste artigo foi caracterizar e analisar a comercialização dos produtos de base agroecológica no município de Pelotas/RS. Estudos e análises particulares poderiam ser feitos em relação à dinâmica de cada entidade atuante no município, pois elas possuem dinâmica de gestão própria e conflitos inerentes ao seu funcionamento. A partir disso, abrem-se novas

possibilidades de pesquisas para investigar com maior profundidade a problemática apresentada.

Ao analisar os desafios relacionados à produção e comercialização dos produtos de base agroecológica, buscou-se evidenciar os problemas que afligem os agricultores familiares, bem como, as contradições encontradas no processo. Se o mercado para estes produtos encontra-se em expansão, cabem questionamentos sobre as dificuldades que os agricultores familiares encontram para se inserirem nos circuitos de comercialização.

Assim, poderão ser formuladas algumas perguntas: para facilitar o acesso ao mercado tenderia a agricultura familiar a especializar-se em determinados produtos, possibilitando o cumprimento de contratos maiores e maior retorno econômico? Ou ainda, alguns agricultores poderiam tomar o espaço de outros, tornando-se especializados e competitivos, enquanto que outros seriam excluídos do sistema de produção de base agroecológica? Como possibilitar maior inserção nos mercados sem alterar a lógica familiar na gestão e produção da unidade produtiva? Questões como essas refletem os muitos desafios a serem superados na produção de base agroecológica no município.

Deve-se reconhecer a importância da atuação das cooperativas na inserção dos produtos da agricultura familiar em determinados mercados. Entretanto, elas não eliminam problemas na produção e na comercialização.

Mesmo assim, a certeza de que as características da agricultura familiar se apresentam compatíveis com a produção de base agroecológica, reforça a necessidade de políticas públicas que visem agregar os interesses comuns dos agricultores e, amparar a criação de uma rede de comercialização voltada às especificidades da produção agrícola familiar.

Acredita-se ser esta uma iniciativa fundamental para fortalecer a agricultura familiar e criar

possibilidades para sua permanência no campo, permitindo a geração de renda e a manutenção da unidade produtiva por meio da produção e comercialização dos produtos de base agroecológica.

#### Notas

1 O sistema de produção agroecológico (ou sustentável) é marcado por um conjunto complexo de práticas e relações, estendendo suas preocupações para aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais, entre outros. O termo “produção de base agroecológica” apresenta-se mais apropriado à realidade estudada, pois ao mesmo tempo em que dá visibilidade ao sistema de produção agrícola desenvolvido com base na agroecologia, ressalva seu potencial de sustentabilidade.

2 Disponível em HESPANHOL, 2008, p.131.

3 As informações oficiais disponíveis sobre os sistemas de produção agrícola alternativo utilizam, de modo geral, o termo “produção orgânica” para designar o conjunto destes sistemas produtivos. Por isso, mesmo considerando que o termo “produção de base agroecológica” seja mais indicado para o presente estudo, adotou-se também o termo orgânico especialmente quando mencionado na bibliografia citada.

4 Begnis et al. (2007) escrevem com base em Patton (2002) que, “as entrevistas com informantes qualificados permitem avançar na compreensão de temas ausentes ou não revelados com a aplicação de outras técnicas, em especial o sentimento coletivo, percepções e estratégias comuns ao grupo de agentes envolvidos. Informantes qualificados são entendidos como aqueles que têm uma qualificação específica, seja pela vivência, seja pelo conhecimento sobre a temática” (Begniss et al, 2007, p.315).

5 Há dificuldade na definição do número total de produtores orgânicos no município de Pelotas, pois os dados cadastrais das cooperativas e da associação encontram-se desatualizados e ocorre continuamente a entrada e/ou saída de agricultores nas entidades. Com base nos trabalhos de campo, estima-se haver 70 a 90 famílias envolvidas no sistema de produção orgânico atualmente.

6 O Centro de Agricultura Ecológica de Ipê surgiu no ano de 1985 (quando então se denominava “Projeto Vacaria”) com o objetivo de demonstrar a viabilidade da produção orgânica numa propriedade de 70 hectares no atual município de Ipê/RS. Com a expansão das atividades e o êxito conquistado pelo projeto Vacaria surgiram, posteriormente, diversos núcleos de agricultura orgânica no município. Diante disso, no ano de 1991, o Projeto Vacaria passou a denominar-se Centro de Agricultura Ecológica Ipê buscando oferecer assessoria a estes grupos de produção orgânica que se formaram em municípios da serra e do litoral norte do estado (CENTRO DE AGRICULTURA ECOLÓGICA IPÊ, 2009).

7 A CONAB é uma “empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1º de Janeiro de 1991. É a empresa oficial do Governo Federal, encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado” (CONAB, 2009). Em relação ao PAA, a referida companhia é responsável “pela logística do recebimento, armazenamento e distribuição dos donativos” (CONAB, 2009).

### Agradecimentos

Os autores agradecem aos agricultores e aos informantes qualificados do município de Pelotas pela disposição em contribuir com a presente pesquisa. Também, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Catarina e, ao Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais/LEAA, da Universidade Federal de Pelotas, pelo auxílio necessário à realização do trabalho de campo e, a CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado ao primeiro autor.

### Referências

- BEGNIS, H. S. M. et al. Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 311-322, 2007. Acesso em 06 de julho de 2009. Disponível em <[www.scielo.br/pdf/gp/v14n2/08.pdf](http://www.scielo.br/pdf/gp/v14n2/08.pdf)>.
- BRANDENBURG, Alfio. Sócio-ambientalismo e novos atores na agricultura. In: CALZAVARA, O.; LIMA, R. de O. (Orgs.). **Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina: Eduel, 2004. p. 253-277.
- CAMARGO FILHO, W. P. et al. Algumas considerações sobre a construção da cadeia de produtos orgânicos. **Rev. Informações Econômicas**. São Paulo/SP, v.34, n.2, p. 55-68, 2004.
- CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília/DF. v. 18, n.03, p. 69-101, 2001.
- CENTRO DE AGRICULTURA ECOLÓGICA IPÊ. Acesso em 13 de fevereiro de 2009. Online. Disponível em <<http://www.centroecologico.org.br>>.
- COSTA, Janete Basso. Processos participativos na construção da agroecologia – estudo de caso da ARPASUL. Pelotas, 2006. 102p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas.
- DAROLT, M. R. Por que os alimentos orgânicos são mais caros? (Publicado em 15/06/2001). Acesso em 06 de julho de 2009. Online. Disponível em <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdarmai>>.
- FINATTO, Roberto Antônio; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Revista Sociedade & Natureza**. Uberlândia/MG, v.20, n.02, p. 199-217, 2008.
- HESPANHOL, R. Ap. de M. Agroecologia – limites e perspectivas. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 117-136.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Acesso em 03 de fevereiro de 2009. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>
- INSTITUTO TÉCNICO DE PESQUISA E ASSESSORIA – ITEPA. **Banco de Dados da Zona Sul**. Pelotas/RS: EDUCAT, 2008. 156p.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Acesso em 31 de julho de 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br>>.
- REICHERT, Lírío José; GOMES, Mário Conill; SCHWENGBER, José Ernani. A Importância Socioeconômica da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Territorial da Zona Sul do Rio Grande do Sul. **Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre/RS. Julho/2009.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda. **As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas/RS: Editora e Gráfica Universitária, 2005. 195 p.